

L E I      Nº 3.217/2012

Data : 05 de abril de 2012.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar à Comunidade da Graça do Senhor Jesus, desta cidade, Concessão de Direito de Uso de Imóvel e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a outorgar à **COMUNIDADE DAGRAÇA DO SENHOR JESUS**, desta cidade, entidade religiosa, inscrita no CNPJ sob nº 12.516.786/0001-83, com sede na Rua Abílio Franco Agra nº 177, Conjunto Habitacional "Huberto Teixeira II", nesta cidade, concessão de direito de uso do imóvel, com a 411,64 m<sup>2</sup> (quatrocentos e onze metros e sessenta e quatro centímetros quadrados), com a seguinte descrição: "um terreno partindo do ponto 01, medindo 10,48 m (dez metros e quarenta e oito centímetros), confronta-se com a rua Antonio Storer, até o ponto 02, onde deflete à esquerda e segue distância de 39,47 m (trinta e sete metros e quarenta e sete centímetros), confrontando com terras da Editora Lider S/C Ltda., até o ponto 03, onde deflete à esquerda e segue distância de 10,49 m (dez metros e quarenta e nove centímetros), confrontando com terras de Lajes Biaggi, até o ponto 04, onde deflete à esquerda e segue distância de 39,72 m (trinta e nove metros e setenta e dois centímetros), confrontando-e com os Lotes 01B, 01C e 01A (desmembrar) da mesma quadra até o ponto 01, onde iniciou essa medição, totalizando uma área de 411,64 m<sup>2</sup> (quatrocentos e onze metros e sessenta e quatro centímetros quadrados), denominado Lote 01E, da área Institucional PM2, situado no Conjunto Habitacional Yara II, nesta cidade, a que se refere a Matrícula nº 13.832 do Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca de Bandeirantes(PR).

Art. 2º - A concessionária se obriga a construir no imóvel o seu templo e ali desenvolver atividades religiosas, educacional, cultural, espiritual, assistencial e de prestação de serviços sociais e comunitários.

Art. 3º - A concessionária deverá iniciar a construção no prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da vigência da presente lei, e concluí-la no prazo de 12 (doze) meses, sob pena de considerar-se rescindida de pleno direito esta concessão de direito de uso e reverter o imóvel ao Município, com as edificações eventualmente acrescidas, sem que nenhum direito haja para a concessionária a título de retenção por benfeitorias, indenização ou qualquer outro.

§ 1º - A concessão contida no "caput" deste artigo será pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da data de vigência desta Lei.

§ 2º - Expirado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, ensejará a formalização da escritura pública definitiva de doação à concessionária, que será outorgada pelo Município.

§ 3º - A presente concessão de direito de uso do imóvel, descrito no art. 1º desta Lei, é em caráter temporária, pessoal e intransferível, salvo com expressa anuência do Município.

Art. 4º - A presente concessão de direito de uso será considerada rescindida de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial, nos termos do art. 127 e 128 c/c o art. 390 do Código Civil, revertendo a posse do imóvel ao município, acrescida de suas benfeitorias, caso a concessionária ceder no todo ou parcialmente, o imóvel, objeto desta Lei, a qualquer título, ou der destinação diversa da constante no art. 2º desta Lei, sem expresso consentimento do Município.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 05 de abril de 2012.

*Celso Benedito da Silva*  
Prefeito Municipal